



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**COTAS DE PATROCÍNIO 1º CONGRESSO CATARINENSE DO CREAJR-SC**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Constitui objeto deste instrumento o processo seletivo de credenciamento mediante Chamamento Público, destinado à contratação de pessoas jurídicas interessadas em firmar acordos de patrocínios, não exclusivos, para apoio e promoção ao evento “1º Congresso Catarinense do CREAjr”, que acontecerá entre os dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2025 no Centro de Cultura e Eventos, em Chapecó/SC.
- 1.2. As pessoas jurídicas interessadas apoiarão a realização do evento, contribuindo com os valores pretendidos, conforme cotas de patrocínios disponíveis e as respectivas contrapartidas definidas neste Termo de Referência.
- 1.3. A presente contratação fundamenta-se no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.878/2024 e no artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC, conforme já esmiuçado no Estudo Técnico Preliminar - ETP.
- 1.4. O credenciamento não obriga o CREA-SC a contratar.

**2. DAS JUSTIFICATIVAS**

- 2.1. Entende-se por patrocínio o apoio, em geral financeiro, concedido por pessoa jurídica para viabilizar atividade de interesse público (artística, cultural, científica, educacional, comunitária ou promocional), mediante contrapartidas de visibilidade institucional e relacionamento com o público-alvo. No presente caso, o patrocínio visa apoiar a realização do 1º Congresso Catarinense do CREA Jr, fortalecendo ações de desenvolvimento profissional, inovação e empregabilidade de estudantes e jovens profissionais das engenharias, agronomia e geociências.
- 2.2. O Congresso reunirá majoritariamente acadêmicos, recém-formados, profissionais, empresas e entidades parceiras para intercâmbio de conhecimentos, discussão de tendências tecnológicas, práticas sustentáveis e oportunidades de carreira/negócios. O objetivo é acelerar a transição “do campus ao mercado”, estimulando competências técnicas e comportamentais, conexões com o setor produtivo e a valorização do exercício profissional.
- 2.3. A iniciativa está em plena sintonia com a missão do CREA-SC de promover o aprimoramento técnico e ético, a fiscalização e a valorização profissional, e com os programas CREA Jr/CREA Jovem, que aproximam academia, mercado e sistema profissional. O evento amplia o alcance das ações estratégicas de orientação profissional, empregabilidade, empreendedorismo e inovação, com impacto direto no público jovem.
- 2.4. A captação de patrocínios é essencial para viabilizar o evento, garantindo os recursos financeiros necessários e proporcionando visibilidade e engajamento para as marcas associadas. O Congresso observa os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e se alinha à Lei 5.194/66, ao evidenciar responsabilidade técnica, atualização contínua e valorização das atividades tecnológicas. A captação por cotas, com contrapartidas objetivas, promove transparência, economicidade e finalidade pública, sem contrapor-se às vedações de publicidade pessoal ou promoção indevida.
- 2.5. A realização em Chapecó, no Centro de Cultura e Eventos, favorece a integração do ecossistema do Oeste catarinense, importante polo agroindustrial e tecnológico, ampliando a participação de IES e empresas da região. O espaço foi cedido pelo município, sem custos para o CREA-SC, o que reforça a economicidade da iniciativa e o apoio institucional da Prefeitura à realização do Congresso. O local dispõe de infraestrutura adequada (auditórios, áreas de exposição e networking) e boa acessibilidade, assegurando a qualidade do evento com racionalidade de recursos.
- 2.6. Os recursos provenientes das cotas serão destinados a itens diretamente vinculados à execução do evento, tais como: locação mobiliário, infraestrutura de TI/áudio/visual e transmissão, sinalização e materiais gráficos, palestrantes (passagens/diárias quando cabível), ações de comunicação e marketing institucional, serviços operacionais (segurança, limpeza, recepção, seguro do evento).

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 2.7. Os patrocinadores do Congresso terão a oportunidade de associar suas marcas a um evento de prestígio, garantindo alta visibilidade e engajamento. As marcas patrocinadoras serão destacadas em materiais de divulgação do evento. Além disso, as marcas serão mencionadas durante as sessões do evento, garantindo reconhecimento público e reforçando seu compromisso com a inovação e o desenvolvimento sustentável. As ações promocionais permitirão uma interação direta com o público-alvo, proporcionando oportunidades únicas para fortalecer o relacionamento com clientes e parceiros.

### **3. DOS RESULTADOS ESPERADOS**

- 3.1. Comercialização de todas as cotas de patrocínio disponíveis, garantindo os recursos necessários para a cobertura dos custos fundamentais do evento e assegurando a entrega de uma experiência de qualidade aos participantes.
- 3.2. **Fortalecimento do Ecosistema Profissional:** Espera-se que o Congresso contribua para a integração entre estudantes, profissionais, empresários e representantes de instituições de ensino. O evento deve fortalecer o vínculo entre academia, mercado e sistema profissional (Confea/Crea), ampliando as oportunidades de colaboração e desenvolvimento conjunto.
- 3.3. **Disseminação de Conhecimento, Inovação e Empreendedorismo:** O Congresso deve fomentar a circulação de ideias e práticas inovadoras, abordando tanto conteúdos técnicos quanto o desenvolvimento de habilidades comportamentais (soft skills). Pretende-se estimular o espírito empreendedor e a criação de soluções que atendam às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.
- 3.4. **Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Profissional:** Ao trazer temas atuais e estratégicos, o Congresso busca sensibilizar os participantes para a importância da sustentabilidade em seus aspectos ambiental, social e econômico. Espera-se que o evento reforce também valores como ética, responsabilidade técnica e compromisso com o desenvolvimento sustentável das engenharias, agronomia e geociências.
- 3.5. **Networking e Oportunidades:** O evento criará espaços de aproximação entre estudantes, empresas e entidades do setor, favorecendo conexões que podem resultar em estágios, empregos, mentorias e parcerias institucionais. A expectativa é que o Congresso funcione como ponte entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho.
- 3.6. **Visibilidade e Engajamento dos Patrocinadores:** Para os patrocinadores, o Congresso proporcionará uma plataforma estratégica de exposição de marca junto a um público altamente segmentado e em ascensão. O apoio ao evento reforça o compromisso das marcas com o desenvolvimento de novos talentos e com a inovação nas áreas tecnológicas, fortalecendo sua reputação perante a comunidade acadêmica e profissional.
- 3.7. **Capacitação e Desenvolvimento dos Acadêmicos e Profissionais:** Os participantes terão acesso a palestras, painéis e atividades conduzidas por especialistas, profissionais de referência e representantes do mercado. O conteúdo deve contribuir para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, preparando melhor os jovens para os desafios da carreira e promovendo impactos positivos de médio e longo prazo.

### **4. DO VALOR DE REFERÊNCIA**

- 4.1. O patrocínio se dará por meio de 04 (quatro) tipos de cotas, conforme estipulado a seguir:
- a) **DOUTORADO:** 05 (cinco) cotas disponíveis, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada;
  - b) **MESTRADO:** 08 (oito) cotas disponíveis, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada;
  - c) **GRADUAÇÃO:** 10 (dez) cotas disponíveis, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada;
  - d) **INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** 15 (quinze) cotas disponíveis, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 4.2. As cotas de patrocínio não são exclusivas, ou seja, uma mesma categoria de cota poderá ser patrocinada por diversos patrocinadores, limitadas às quantidades acima por categoria, sendo garantido a cada um deles, a correspondente contrapartida, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público respectivo.
- 4.3. É permitido ao patrocinador, caso seja do seu interesse, a aquisição de mais de uma cota, fazendo jus às contrapartidas respectivas.
- 4.4. Nos casos em que existirem mais interessados do que cotas disponíveis, em atendimento ao disposto no inciso II, do § único, do artigo 79, da Lei nº 14.133/2021 c/c o inciso V, do artigo 7º, e artigo 9º, do Decreto nº 11.878/2024, será realizado sorteio para distribuição das cotas entre os interessados, em sessão pública previamente convocada para este fim.
- 4.5. No caso acima, o sorteio será realizado em sessão pública, na Sede do CREA-SC, com aviso prévio de 03 (três) dias úteis aos interessados.
- 4.6. Caso o CREA-SC, após conclusão de todo projeto executivo, perceba disponibilidade de espaços para comercialização, o quantitativo ora descrito neste Termo de Referência pode ser reajustado.
- 4.7. Os valores de patrocínio serão utilizados exclusivamente para custear as despesas necessárias para a realização do evento.

**5. DAS CONTRAPARTIDAS**

- 5.1. As contrapartidas se darão de acordo com a cota adquirida, conforme tabela abaixo:

Contrapartidas	Doutorado	Mestrado	Graduação	Iniciação Científica
Exibição da marca na tela do palco principal	X	X	X	X
Menção da marca pelo Mestre de Cerimônias no palco principal	X	X	X	
Vídeo de até 60 segundos no palco principal	X			
Relatório completo com os resultados do evento	X	X	X	X
Aplicação da marca nas redes sociais do evento	X	X	X	X
Aplicação da marca em e-mail marketing de divulgação	X	X	X	X
Envio de enxoval de peças para divulgação em redes sociais	X	X	X	X
Posts e reels colaborativos e stories no Instagram	4	3	1	
Entrevista exclusiva no evento (5min)	X			
Material no kit de boas vindas do evento*	X	X	X	X
* Aproximadamente 500 Kits de boas-vindas, onde o material a ser colocado no kit deverá ser fornecido por parte do patrocinador.				

- 5.1.1. Cota Doutorado (R\$ 20.000,00): A cota Doutorado representa o nível máximo de patrocínio, indicada para empresas que desejam ampla visibilidade e forte engajamento com o público. Além da presença destacada da marca em todas as frentes de comunicação, garante benefícios exclusivos, como espaço para vídeos promocionais e ativações especiais durante o evento, assegurando uma exposição direta e diferenciada perante os participantes.
- 5.1.2. Cota Mestrado (R\$ 10.000,00): A cota Mestrado oferece uma presença relevante e consistente, mantendo a marca em destaque no palco principal e nos canais de divulgação. É uma alternativa para empresas que buscam grande alcance e associação institucional ao Congresso, mas com investimento reduzido em relação ao patrocínio de maior nível.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integracao Profissional, Matricula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 5.1.3. Cota Graduação (R\$ 5.000,00): A cota Graduação proporciona visibilidade estratégica com excelente relação custo-benefício, permitindo que empresas de diferentes portes associem sua marca ao evento. A presença em mídias digitais, materiais institucionais e menções protocolares garante reconhecimento perante o público, ainda que em menor escala que as categorias superiores.
- 5.1.4. Cota Iniciação Científica (R\$ 1.000,00): A cota Iniciação Científica foi pensada para ampliar o leque de participação, permitindo que empresas locais, startups ou pequenos negócios apoiem o Congresso de forma acessível. Oferece contrapartidas de visibilidade institucional em canais digitais e no evento, assegurando engajamento proporcional ao investimento.
- 5.2. A produção e o fornecimento dos materiais de divulgação do patrocinador no kit de boas vindas do evento, bem como do seu vídeo institucional e demais materiais físicos e/ou eletrônicos de divulgação, inclusive os custos de produção, confecção e entrega, serão de inteira responsabilidade do patrocinador.
- 5.3. A não utilização da(s) contrapartida(s), por parte do patrocinador, implicará na perda do direito de utilização e não ensejará qualquer tipo de abatimento ou restituição do valor da cota.
- 5.4. É permitido ao patrocinador adquirente das cotas a realização de ações promocionais com outras marcas, entretanto as marcas não receberão nenhuma menção na comunicação visual do evento ou pelo mestre de cerimônias.
- 5.5. O tempo de exibição para patrocínio é individual e intransferível, não podendo ser aproveitado por outro patrocinador, ainda que devidamente credenciado.
- 5.6. Os produtos ofertados e/ou comercializados deverão obedecer à legislação de regência e estar de acordo com as normas técnicas de segurança, ficando sob a responsabilidade integral do patrocinador qualquer dano causado a terceiros.
- 5.7. Quando do compartilhamento de dados pessoais, somente serão disponibilizados aqueles com prévia autorização, pelos respectivos responsáveis, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709 - LGPD.

**6. DAS PROPOSTAS E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

- 6.1. O prazo de inscrições para o credenciamento será contado da data da publicação/divulgação do Edital de Chamamento Público, e encerrará às 23h59m do dia 15 de outubro de 2025. Após essa data limite, somente serão aceitas e analisadas novas inscrições se ainda existirem cotas disponíveis, conforme quantitativo informado no item 4 acima.
- 6.2. A inscrição deverá ser realizada exclusivamente pelo e-mail [creajr@crea-sc.org.br](mailto:creajr@crea-sc.org.br)
- 6.3. É permitido ao patrocinador, caso seja do seu interesse, a aquisição de mais de uma cota, fazendo jus às contrapartidas respectivas.
- 6.4. A proposta - **Formulário de Requerimento de Credenciamento (Anexo “A”)** - deverá conter:
- a) Os dados da proponente e do seu representante legal;
  - b) A(s) cota(s) pretendida(s) para o 1º Congresso Catarinense do CREAjr;
  - c) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do envio da proposta;
  - d) Demais declarações exigidas, nos termos do **Anexo “A” - Formulário de Requerimento de Credenciamento**.
- 6.5. A falsidade da(s) declaração(ões) acima sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e neste Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade penal.
- 6.6. Caso a proposta não atenda aos requisitos mínimos exigidos neste Termo de Referência e no Edital, será desclassificada.
- 6.7. Serão classificadas todas as propostas que atenderem aos requisitos solicitados neste Termo de Referência e no Edital, e que também cumpram com as demais condições de participação e de habilitação.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 6.8. A Comissão de Contratação analisará as propostas e documentações recebidas em até 15 (quinze) dias úteis da data limite para inscrição (ou da data do recebimento, no caso da prorrogação da inscrição), sendo lavrada uma Ata que será assinada pelos membros da Comissão.
- 6.9. Em até 5 (cinco) dias úteis após lavrada a Ata da Comissão, os interessados serão comunicados sobre o resultado da análise da solicitação de patrocínio via e-mail.
- 6.9.1. O interessado assume o risco de perda de negócio em caso de fornecimento de endereço de e-mail incorreto e não recebimento das comunicações do CREA-SC.
- 6.10. Caso haja mais propostas classificadas e habilitadas do que cotas disponíveis em cada tipo, será adotado como critério de classificação o sorteio, em atendimento ao disposto no inciso II, do § único, do artigo 79, da Lei nº 14.133/2021 c/c o inciso V, do artigo 7º, e artigo 9º, do Decreto nº 11.878/2024.
- 6.11. Será realizado sorteio para distribuição das cotas entre os interessados, se for o caso, em sessão pública previamente convocada para este fim, com aviso prévio de 03 (três) dias úteis aos interessados.

**7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Poderão participar do Chamamento Público pessoas jurídicas de direito público e/ou privado que atendam a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital respectivo, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 7.2. Estarão impedidos de participar do Chamamento Público os interessados que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:
- a) pessoas físicas;
  - b) aquele que não atenda às condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital respectivo e seu(s) Anexo(s);
  - c) pessoas jurídicas não autorizadas a funcionar no país;
  - d) pessoa jurídica que se encontre impossibilitada/impedida de participar de licitações ou contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
  - e) interessados que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - f) interessados que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
  - g) interessados que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA-SC ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - h) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 7.3. A observância das vedações do subitem acima é de inteira responsabilidade da empresa participante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 7.4. Antes da análise da proposta e da habilitação, a Comissão de Contratação verificará se os interessados atendem às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola – Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, ao qual poderá ser acessado através do link ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.4.1. Os endereços eletrônicos informados acima poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.

7.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome e CPF de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.5. Os seguintes documentos deverão ser apresentados em conjunto com a proposta - **Formulário de Requerimento de Credenciamento (Anexo “A”)**:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Cópia da carteira de identidade e de comprovante de inscrição no CPF da pessoa que representará a empresa em eventual contratação. Obs.: Caso a representação se dê através de procuração, necessário envio de cópia do instrumento procuratório;
- h) Certificado de Registro Cadastral – CRC junto ao SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedores;
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- j) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola – Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- k) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
  - l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
  - m) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do proponente;
  - n) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Municipal), do domicílio ou sede do proponente;
  - o) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e demais declarações conforme **Formulário de Requerimento de Credenciamento (Anexo “A”)**.
- 7.6. Caso constem no Sistema, os documentos acima descritos poderão ser substituídos por consulta no SICAF.
- 7.7. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
- 7.8. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.
- 7.9. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às exigências de habilitação acima. Em caso de apresentação de documentação que saneie a situação no prazo determinado pelo CREA-SC, esta será avaliada e o credenciamento deferido.
- 7.10. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou
  - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.
- 7.11. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
- 7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 7.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS PATROCINADORAS**

- 8.1. Constituem obrigações das empresas parceiras:
- 8.1.1. Cumprir com o objeto, os prazos e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no Edital respectivo;
  - 8.1.2. Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes;
  - 8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos mediante transferência bancária para conta específica do CREA-SC, nos termos deste Termo de Referência e do Edital respectivo;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integracao Profissional, Matricula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 8.1.4. Manter, durante a execução do patrocínio, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, facultando-se ao CREA-SC o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição;
- 8.1.5. Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional do CREA-SC;
- 8.1.6. Não utilizar, em qualquer das suas atividades, trabalho infantil, trabalho forçado/degradante ou análogo à condição de escravo;
- 8.1.7. Requerer prévia autorização e aprovação da Assessoria de Imprensa e Comunicação do CREA-SC para a utilização do logotipo do CREA-SC em materiais de divulgação, sejam físicos ou eletrônicos;
- 8.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CREA-SC, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes;
- 8.1.9. Fornecer, às suas expensas, e no que lhe caiba, material de divulgação e serviços para exercício das contraprestações relacionadas à(s) cota(s) de patrocínio adquirida(s);
- 8.1.10. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;
- 8.1.11. Fornecer logomarca/logotipo, em até 10 dias corridos após assinatura do contrato/substitutivo, em arquivo possível de ser aplicada em impressos com grandes formatos, sem prejuízo à qualidade de resolução, para ser utilizada pelo CREA-SC em materiais de divulgação do evento, conforme estabelecido neste instrumento;
- 8.1.12. Observar e cumprir as normas de participação;
- 8.1.13. Manter os dados cadastrais atualizados junto ao CREA-SC;
- 8.1.14. Apresentar, sempre que solicitada, documentos comprobatórios dos requisitos de habilitação constantes deste Termo de Referência e do Edital;
- 8.1.15. Quaisquer ações do CREA-SC que extrapolarem as obrigações previstas neste Termo e no Edital constituem mera liberalidade da Autarquia não implicando no estabelecimento de novas obrigações.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO CREA-SC**

- 9.1. Constituem obrigações do CREA-SC:
  - 9.1.1. Publicar e promover o Edital de Credenciamento em todos os canais de comunicação do CREA-SC, incluindo o site oficial, redes sociais, e-mails e boletins informativos;
  - 9.1.2. Receber, registrar e avaliar todas as propostas de credenciamento submetidas pelas empresas interessadas, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência;
  - 9.1.3. Designar uma Comissão de Contratação específica para a avaliação das propostas, conforme portaria interna, garantindo transparência e imparcialidade no processo;
  - 9.1.4. Comunicar formalmente às empresas sobre a aprovação ou rejeição de suas propostas de credenciamento, fornecendo feedback detalhado quando necessário;
  - 9.1.5. Manter transparência em todas as etapas do processo de credenciamento e na comunicação com as empresas credenciadas;
  - 9.1.6. Garantir que todas as ações e processos estejam em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo a legislação pertinente;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 9.1.7. Garantir a aplicabilidade e observância da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assegurando que todas as informações pessoais das empresas credenciadas sejam tratadas com confidencialidade e segurança;
- 9.1.8. Implementar políticas e práticas de proteção de dados que estejam em conformidade com a LGPD, garantindo que os dados coletados sejam utilizados apenas para os fins especificados e com o consentimento dos envolvidos;
- 9.1.9. Cumprir com as contrapartidas conforme a(s) cota(s) adquirida(s) pela empresa patrocinadora;
- 9.1.10. Assegurar que o evento patrocinado seja organizado de maneira apropriada, total, completa e suficiente para consecução do objeto do presente Termo de Referência e do Edital respectivo;
- 9.1.11. Responsabilizar-se pela execução das atividades e providências necessárias à organização e realização do evento, competindo-lhe a escolha e a tomada de decisões sobre a adoção de medidas técnicas, operacionais, administrativas e financeiras para a execução desse fim, e ainda, pela fiel observância da legislação vigente em relação aos aspectos fiscais, jurídicos, contábeis, financeiros, trabalhistas, previdenciários e comerciais derivados e relacionados ao evento;
- 9.1.12. Efetuar o pagamento de todas as taxas devidas, bem como obter as licenças e autorizações necessárias à realização do evento;
- 9.1.13. Utilizar a marca, nome e imagem da patrocinadora única e exclusivamente para finalidade do acordo a ser firmado;
- 9.1.14. Respeitar os padrões da marca da patrocinadora, não lhe sendo permitida nenhuma modificação sem prévia e expressa autorização da mesma;
- 9.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela patrocinadora;
- 9.1.16. Fiscalizar a execução da contratação através dos seus representantes, devidamente designados;
- 9.1.17. O CREA-SC poderá ainda divulgar as empresas parceiras nos demais meios de comunicação (revista, jornal, newsletter, redes sociais, e outros que a Autarquia entender pertinentes) que serão feitos em quantidade e modalidade estabelecidas pelo planejamento de divulgação da Assessoria de Imprensa e Comunicação do CREA-SC, além das estabelecidas na(s) cota(s) adquirida(s) pela empresa parceira;
- 9.1.18. Quaisquer ações do CREA-SC que extrapolarem as obrigações previstas neste Termo e no Edital constituem mera liberalidade da Autarquia não implicando no estabelecimento de novas obrigações.

**10. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 10.1. Os colaboradores descritos abaixo serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência, do Edital respectivo, do Credenciamento e do(s) Contrato(s) decorrente(s):
- 10.1.1. **Gestor:** Rodrigo Espindola - Coordenador da Assessoria Integração Profissional - Matrícula 277;
- 10.1.2. **Fiscal:** Rhuan Bittencourt - Coordenador da Assessoria Especial de Inovação - Matrícula 491.
- 10.2. O fiscal e o gestor da contratação acompanharão:
- 10.2.1. O cumprimento das obrigações das empresas patrocinadoras e do CREA-SC, de acordo com a cota definida e as demais exigências deste Termo de Referência e do Edital respectivo;
- 10.2.2. As ativações a serem realizadas pelas empresas patrocinadoras.
- 10.3. As atividades de gestão e fiscalização deverão seguir os ditames do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.
- 10.4. O gestor da contratação deve tomar as providências para a substituição dos agentes de fiscalização nas suas ausências, afastamentos ou férias, sob pena de assumir a responsabilidade sobre a fiscalização nestes períodos.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola - Coordenador Assessoria de Integracao Profissional, Matricula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- 10.5. A fiscalização técnica e administrativa da contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/substitutivo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.6. A fiscalização técnica e administrativa da contratação anotará no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/substitutivo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização técnica e administrativa da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
- 10.8. A fiscalização técnica e administrativa da contratação informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, a fiscalização técnica e administrativa da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/substitutivo.
- 10.10. A fiscalização técnica e administrativa da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término do contrato/substitutivo sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 10.11. A fiscalização técnica e administrativa da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização técnica e administrativa da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 10.13. O gestor da contratação coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/substitutivo para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 10.14. O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 10.15. O gestor da contratação acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 10.16. O gestor da contratação emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 10.17. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente e/ou setor com competência para tal, conforme o caso.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integracao Profissional, Matricula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

10.18. O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O contrato/substitutivo legal vigorará por 06 (seis) meses, a partir da data da sua assinatura/emissão, sendo vedada a sua prorrogação, ressalvado o disposto abaixo:

11.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da empresa patrocinadora, previstas neste instrumento e no contrato/substitutivo legal.

11.1.2. O contrato/substitutivo legal não poderá ser prorrogado quando a empresa patrocinadora tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

11.2. Após divulgação da lista de credenciados, o CREA-SC poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A empresa convocada deverá assinar o Contrato de Patrocínio/substitutivo em até 03 (três) dias úteis, a contar da data da sua convocação.

11.3.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CREA-SC.

11.4. Quando convocado, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento para fins de assinatura do Contrato de Patrocínio ou outro instrumento hábil.

11.4.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.4.2. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11.5. Os valores contratados das cotas de patrocínio serão fixos e irrevogáveis.

11.6. Os contratos/substitutivos decorrentes deste credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Não será permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

**12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO**

12.1. Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que não existirá nenhuma forma de remuneração, repasse ou qualquer ônus aos cofres públicos. Logo, não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CREA-SC às patrocinadoras.

12.2. Os recursos financeiros advindos dos patrocínios deverão se dar por meio da conta única e oficial deste Conselho e as despesas a elas vinculadas regularmente executadas, segundo a legislação orçamentária em vigor.

12.3. O pagamento deverá ser efetuado por meio de depósito/transferência bancária única e exclusivamente para a conta única e oficial deste Conselho, a saber:

**Razão Social:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC;

**CNPJ:** 82.511.643/0001-64;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

**Banco:** Caixa Econômica Federal;

**Agência:** 1011;

**Operação:** 003;

**Conta Corrente:** 800035-0.

- 12.4. O pagamento da(s) cota(s) adquirida(s) deverá ser efetuado pela empresa patrocinadora no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato/substitutivo, conforme condições nele estabelecidas.
- 12.5. O comprovante de depósito/transferência bancária servirá como recibo da(s) cota(s) de patrocínio adquirida(s).
- 12.6. É vedado à empresa patrocinadora o repasse de dinheiro em espécie de valor referente à(s) cota(s) de patrocínio ao CREA-SC, a qualquer fornecedor, prestador ou a qualquer funcionário ou agente do Conselho.
- 12.7. O CREA-SC ficará responsável pela contratação direta dos objetos demandados pelo evento.

**13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa patrocinadora que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à empresa patrocinadora que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando a empresa patrocinadora der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.4. Multa:

- a) Moratória, para as infrações descritas acima na alínea “VII”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
- a.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, além da aplicação da multa compensatória correspondente.
- b) Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “VIII” a “XII” de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “III”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- d) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “II”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- e) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “VII”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- f) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “I”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREA-SC (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Previamente ao encaminhamento da cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à empresa patrocinadora, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados no Formulário de Requerimento de Credenciamento, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.7.2. Os endereços de e-mail informados no Formulário de Requerimento de Credenciamento e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

13.8. As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato, assim como as empresas em seu Formulário de Requerimento de Credenciamento, os seus e-mails, em que devem receber as comunicações referidas no item 13.7.1, declarando que se obrigam a verificá-los a cada 24 (vinte e quatro) horas e que, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar a outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.8.1. Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 02 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail referido no caput, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CREA-SC;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. A personalidade jurídica da empresa patrocinadora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica, serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. O CREA-SC deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. O CREA-SC poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato/substituto pelo credenciado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

13.15. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item 13.14 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos/substitutos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integracao Profissional, Matricula: 277.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

13.16. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do item 13.14, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

13.17. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse do CREA-SC, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Presidência do Conselho, não será rescindido o contrato/substituto em execução com a empresa patrocinadora que estiver irregular.

**14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. As empresas participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste instrumento, das condições gerais e específicas do objeto pretendido, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato de Patrocínio/substitutivo, decorrente deste Termo de Referência.

14.2. Informações serão prestadas aos interessados pela Comissão de Contratação, no horário de expediente, de segunda a sexta, das 9h às 17h, pelo telefone (48) 99159-4791, pelo e-mail [creajr@crea-sc.org.br](mailto:creajr@crea-sc.org.br) ou pelo site <https://portal.crea-sc.org.br>, onde será publicado o Edital de Chamamento Público e demais informações acerca do andamento do presente credenciamento.

14.3. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação do Formulário de Requerimento de Credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público respectivo.

14.4. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC do CREA-SC, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

14.5. Compõe este Termo de Referência o seu **Anexo “A” - Formulário de Requerimento de Credenciamento**.

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Assessoria de Integração Profissional do CREA-SC, em conformidade com a legislação específica e em observância às normas vigentes que regulam as licitações de serviços na Administração Pública Federal, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 – RILC do CREA-SC.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

**Rodrigo Espindola**  
**Coordenador da Assessoria de Integração Profissional**  
**Matrícula 277**

**ANEXO “A”**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola – Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

**FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

**À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2025**

DADOS DA PROPONENTE		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:	CNPJ:	
ENDEREÇO:	Nº:	BAIRRO:
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
NOME:		
CPF:	RG:	

Em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº XXX/2025 em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de patrocínio, conforme cota(s) de nosso interesse e valores fixados no Edital:

OPÇÃO(ÕES)	TIPO DE COTA(S)	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE DE COTA(S) SOLICITADA(S)
(    )	DOUTORADO	R\$ 20.000,00	
(    )	MESTRADO	R\$ 10.000,00	
(    )	GRADUAÇÃO	R\$ 5.000,00	
(    )	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	R\$ 1.000,00	

**DECLARAMOS**, ainda:

- que a validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias;
- que o valor ofertado é fixo, não comportando qualquer correção no curso da vigência do Contrato de Patrocínio;
- que temos ciência e concordamos com todas as disposições do Edital de Chamamento Público nº XXX/2025 deste CREA-SC, e seus Anexos, assim como que estamos de acordo e damos pleno conhecimento do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 as 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- que são verdadeiras todas as informações prestadas e todos os documentos apresentados em conjunto com esta proposta e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas neste certame, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

- que não utilizamos, em qualquer das nossas atividades, trabalho infantil, trabalho forçado/degradante ou análogo à condição de escravo, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- que não estamos impedidos de participar do Edital de Chamamento Público nº XXX/2025 deste CREA-SC, nos termos do respectivo Edital e seus Anexos;

- em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, assim como no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

- que não há qualquer impedimento à nossa habilitação e contratação e que o nosso requerimento de participação está em conformidade com as exigências do Edital de Chamamento Público nº XXX/2025 deste CREA-SC, comprometendo-nos a informar a superveniência de decisório que nos julgue inidônea e/ou impedida durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato.

**APRESENTAMOS**, em conjunto com a presente proposta, todos os documentos de habilitação exigidos pelo Edital de Chamamento Público nº XXX/2025 deste CREA-SC.

Cidade, xx de xxx de xxxxx.

---

Representante Legal

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.  
09/09/2025 às 16:00:49 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.